

## INTERNACIONAL

Grã-Bretanha dos **trabalhistas** usa Estado forte contra aquecimento global

MEIO AMBIENTE

## Reino Unido tem pressa em salvar o planeta

Britânicos adotam políticas públicas e incentivam novas tecnologias

LILIANA LAHORATTI\*  
SÃO PAULO

Depois da onda liberal vivida durante o governo de Margaret Thatcher, o Reino Unido dos trabalhistas — o poder desde 1997 — descobriu que precisa de um Estado forte para impor políticas públicas e direcionar investimentos. O objetivo é alcançar uma transformação de dimensão comparada somente à revolução industrial: construir uma nova economia, baseada em baixo carbono e, com isso, mitigar as consequências catastróficas previstas pela ciência para as mudanças climáticas nas próximas décadas, principalmente o aquecimento global.

Sob a premissa de que o modelo de desenvolvimento convencional está condenado por ameaçar os elementos básicos da vida dos seres humanos em todo o mundo — o acesso à água, a produção de alimentos, a saúde, a utilização dos solos e o ambiente —, o governo britânico empreende um esforço brutal, interno e externo, para se tornar o primeiro país a ter uma regulamentação própria e obrigatória para o aquecimento global. Os resultados são visíveis: hoje, o país está prestes a apro-

var no Parlamento uma lei obrigando cortes de 80%, até 2050, das emissões de gases que causam efeito estufa.

Antes mesmo da aprovação da lei, o governo já elaborou uma Estratégia de Energias Renováveis especificamente desenvolvida para derrubar drasticamente essas emissões, reduzir a dependência de petróleo, e aprimorar as estruturas dos negócios “verdes”. O projeto vai custar cerca de 100 bilhões de libras até 2020.

A preocupação com o meio ambiente se reflete no comportamento da população: os efeitos nocivos do aquecimento global estão entre as três principais preocupações dos britânicos, só perdendo para a situação da economia e para o emprego.

Campanhas intensas órgãos da sociedade civil mobilizam a população, a tal ponto desta ter pressionado contra a construção da terceira pista do aeroporto internacional Heathrow. Embora necessária, a obra foi considerada contrária aos esforços de redução na emissão de gases tóxicos, pois significa um aumento do tráfego de aviões no local.

Existe um consenso generalizado da necessidade de substituir a matriz energética, encontrando fontes alternativas aos combustíveis fósseis, inclusive com fortes incentivos à indústria automobilística para produção de carros movidos a ele-

GORDON BROWN  
Primeiro-ministro britânico

tricidade.

Inglatera, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte — países que compõem o Reino Unido — tentam assumir o papel de liderança na política internacional, ao articularem um novo acordo global ambiental mais eficiente, que seja respeitado por todos os países signatários. O Protocolo de Kyoto, que deverá ser revisado na conferência de Copenhague, em 2009, teve suas metas rejeitadas por vários países, inclusive os Estados Unidos da administração de George W. Bush. O corte nas emissões globais de monóxido de carbono estavam entre as principais metas estabelecidas em Kyoto, mas ninguém foi nem será punido por descumprir ou ignorar a decisão.

Embora o novo presidente eleito Barack Obama tenha sinalizado que se “comprometerá energicamente” com as conversações da mudança climática e que negar o problema já não é uma resposta aceitável, a Euro-

pa ainda espera para ver uma mudança na posição dos norte-americanos.

## Intervenção do Estado

O mercado, que outrora foi escolhido para substituir o Estado na prestação de vários serviços públicos, agora necessita de leis para ser guiado rumo a uma economia mais verde. É o que indica John Ashton, representante especial do Reino Unido para mudanças climáticas, e negociador do governo para tratados na área. Ele afirma que “não há nenhuma abordagem não-intervencionista possível para a mudança climática, e é preciso surgir uma nova economia política”. Ashton faz coro com as demais autoridades, que não vêem na crise financeira global motivo para recuar nesses objetivos ambiciosos.

E, ultrapassando a mera discussão de como fazer uma economia mais limpa e verde, o Reino Unido já está colocando em prática um conjunto de ações em várias frentes, a começar pelo status da agenda das mudanças climáticas, tão importante quando os programas voltados à segurança (luta contra o terrorismo), saúde e educação. “A sobrevivência do planeta está sendo ameaçada e, por isso, todas as ações públicas adotadas por esse governo estão casadas aos princípios de uma economia de baixo carbono”, destaca Collin

MARGARETH THATCHER  
Ex-primeira-ministra

Challen, deputado governista da frente parlamentar ambientalista no Parlamento.

Uma das demonstrações de que o governo do primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, está empenhado na adaptação às mudanças climáticas, foi acatar a sugestão de um órgão independente criado recentemente para auxiliar o governo e fiscalizar as políticas voltadas à área — o Comitê sobre Mudança Climática. A instância integra as novas estruturas adotadas nos setores público e privado para elaborar e implementar políticas públicas ambientais. Partiu desse comitê a recomendação para o governo propor ao Parlamento a aprovação de uma lei tornando obrigatório o corte das emissões de gases de efeito estufa em 80% (ano-base 1990) até 2050.

“Uma transformação dessa magnitude tem impacto econômico, mas o custo da prevenção é muito menor que os prejuízos já sentidos em várias partes do

mundo”, afirma o executivo-chefe do Comitê sobre Mudança Climática, David Kennedy. Segundo ele, o Relatório Stern, de 2006, mostrou claramente que os custos de não atuação contra as mudanças climáticas é maior do que o custo de agir contra essas alterações.

O documento indica que estabilizar a concentração de CO2 em níveis considerados razoáveis — entre 500 e 550 partes por milhão (ppm) — custará cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) anual global até 2050. “Esse custo não é baixo, mas é compatível com a tendência de crescimento continuado”, defende Ashton.

A legislação, já amplamente negociada e considerada aprovada no Parlamento, torna oficial a meta de 80% de redução, não apenas de CO2, mas de todos os seis gases que fazem parte do Protocolo de Kyoto. A meta será incluída como uma emenda ao Projeto de Lei de Mudanças Climáticas, também em tramitação no Parlamento. Em dezembro próximo o comitê irá indicar ao governo os detalhes dos orçamentos necessários para os primeiros quinze anos de ações, bem como sobre os limites nacionais de emissões.

Essas metas, além de estarem previstas na legislação, também passarão a ter itens próprios de despesa no Orçamento público.

\*A jornalista viajou a convite da Embaixada Britânica

## Um “PAC” contra o aquecimento

Uma das primeiras providências, prevista para 2009, é o estabelecimento do plano Estratégia de Energias Renováveis, uma espécie de “Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)” do aquecimento global, que objetiva auxiliar o país à adaptação exigida para alcançar as metas anunciadas de 15% de energias renováveis em 2020.

O plano cria novas formas de incentivos financeiros para ações que auxiliem a redução do efeito estufa, como: incentivos para projetos que aumentem os atuais níveis de aquecimento de casas e edifícios utilizando fontes renováveis; incentivos para uma nova rede de distribuição elétrica e para exploração do potencial energético do lixo e da biomassa; auxílio para processos sustentáveis de produção de biocombustíveis.

A prioridade dada ao tema também é ressaltada por Joan Ruddock, que ocupa um cargo criado dentro das estruturas voltadas ao tema, a de vice-ministra para Mudanças Climáticas. “Essa política pública ambiental permeia as ações de todos os níveis de governo [federal, estadual e municipal], bem como os setores econômicos privados, com estratégias voltadas principalmente para a indústria”, frisa a vice-ministra. A indústria recebe incentivo para pesquisar e desenvolver tecnologias voltadas aos chamados negócios verdes

## Etiquetas carbono zero

O economista Chris Taylor acrescenta que “o governo quer estimular os fabricantes britânicos a avançar a tal ponto de colocar etiquetas em seus produtos informando não apenas o grau de gordura nos alimentos,



Vice-ministra Joan Ruddock: incentivo para tecnologias verdes

mas também que são produzidos com carbono zero”.

Embora ainda existam resistências de alguns segmentos econômicos à adaptação para a economia de baixo carbono, os britânicos prevêem a criação de 160 mil empregos antes de 2020 apenas com a substituição das energias convencionais pelas energias renováveis (eólica, nuclear e oceânica — gerada a partir das marés).

Apesar de fazerem coro aos demais setores da sociedade, as organizações não-governamentais britânicas não gostam da ideia da ampliação do número de usinas nucleares e muito menos da pos-

sibilidade de construção de usinas elétricas baseadas em carvão. Também não colocam muita fé numa novidade tecnológica ainda não testada na prática — o armazenamento de carbono, pelo qual o carbono emitido pelas usinas seria guardado no solo, deixando de incrementar o aquecimento global.

“O armazenamento de carbono pode ser uma saída para as indústrias continuarem poluindo hoje com a promessa de armazenar o carbono no futuro”, afirmou um dirigente da ONG Greenpeace no Reino Unido, Charles Kronick.

L.L.

## Brasil terá centro de mudanças climáticas

JÚLIO OTTOBONI  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O Brasil terá um novo status nos acordos de cooperação internacional. Na próxima semana o Diário Oficial da União publicará a portaria de criação do Centro de Ciências do Sistema Terrestre, que focará suas pesquisas para a área de mudanças climáticas globais. O novo núcleo científico será ligado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e promoverá acordos internacionais para avançar nos estudos sobre as ações naturais e antrópicas no aquecimento global e suas consequências no futuro do planeta.

Esse centro será dirigido pelo cientista Carlos Nobre, um dos mais reconhecidos e respeitados pesquisadores sobre aquecimento global em todo mundo e com trânsito nas principais entidades científicas do primeiro mundo.

“O Inpe e o Hadley Centre, da Inglaterra, assinarão um acordo de colaboração científica em modelagem climática. Um dos aspectos trata do uso pelo Inpe do modelo climático global do instituto britânico, que representa o estado da arte mundial na área de modelagem climática”, especificou Nobre.

O recém-criado centro do Inpe — único do tipo na América Latina e o segundo no hemisfério sul, onde a Austrália também compartilha da mesma metodologia — tem como uma de suas principais atribuições o desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global. A parceria com os ingleses é estratégica neste sentido, pois são reconhecidos como os mais experientes estudiosos do clima entre as nações desenvolvidas.

O intercâmbio de cientistas já está em curso. Uma doutora do Ha-



Nobre: Inpe faz parceria com o Hadley Centre da Inglaterra

dley Centre for Climate Prediction and Research se encontra no Inpe para auxiliar os cientistas brasileiros no uso do modelo climático inglês. “Estamos colaborando com vários centros de pesquisa sobre este assunto, mas com destaque para o Hadley”, observou o diretor do novo centro brasileiro de estudos sobre aquecimento global. O que é endossado pelo cientista José Marengo, membro da equipe de Carlos Nobre no IPCC. “A Inglaterra é a principal parceira do Brasil nos estudos de mudanças climáticas globais, apesar de estarmos encaminhando acordos com a Alemanha e o Japão”, reforçou.

Os primeiros estudos entre o Inpe e o Hadley Centre serão apresentados no encontro do IPCC que ocorrerá em Copenhague (Dinamarca), sobre os efeitos da devas-

tação da floresta amazônica sobre a região e no clima do planeta. Esse estudo faz parte da parceria Mudanças Climáticas Perigosas, que tem Marengo como o coordenador nacional. O outro tema analisado é a Economia nas Mudanças Climáticas, que será divulgado em maio de 2009.

“A tendência é estender esses estudos em cooperação tendo como foco a América do Sul, além de criarmos outras parcerias na região, como as existentes com a Argentina e Uruguai, pois temos interesses em promovermos estudos com os países andinos sobre as geleiras e o El Niño, além dos países amazônicos. Os estudos serão sobre clima, mas também vamos abordar questões como os impactos regionais sociais e econômicos”, revelou Marengo.

## Londres passará por transformação “verde”

Na mesma direção vai a Prefeitura de Londres. Segundo o gerente de estratégias de águas e adaptação à mudança climática da cidade, Alex Nickson, uma série de estudos está em curso para transformar a capital da Inglaterra. Avaliações científicas preliminares indicam grandes possibilidades de ocorrência de condições meteorológicas extremas na região, entre elas a possibilidade do rio Tâmsa, que corta a cidade, ter seu fluxo de água aumentado em até 40%, ampliando o risco de inundações.

Outra previsão está relacionada ao aumento do calor nos verões. Cientistas prevêem que as tempe-

raturas atingidas no verão mais quente ocorrido até agora, em 2003, estariam na média das temperaturas esperadas para 2050. “As residências e construções em geral não foram feitas para enfrentar o calor, vivemos em um país frio e não queremos ver o aumento de mortes em decorrência das ondas de calor”, destaca Nickson.

Segundo as autoridades britânicas, não é necessário esperar mais provas científicas para agir na reversão das tendências catastróficas. Fora o fato do Reino Unido ser composto por ilhas, mais vulneráveis ao aumento do nível do mar e dos rios, a cidade terá a necessidade

de elevar investimentos em infraestrutura urbana, como construção de hospitais, corpo de bombeiros, assistência médica e social, caso aumentem os alagamentos que vêm ocorrendo nos últimos anos. Outra preocupação é com o abastecimento de água.

Como um terço da água purificada é perdida a cada dia, até 2014 dois terços das residências terão medidores de água instalados e o asfalto conterà tecnologia para absorver menos calor. As famílias vão receber recursos para possuir tetos verdes e aquecimento solar, e as empresas de engenharia e arquitetura serão obrigadas a adotar novas

normas de construção; os automóveis serão cada vez mais movidos a eletricidade.

Por tudo isso, como observa Nickson, não serve para os britânicos uma solução simplória adotada nos países tropicais contra as altas temperaturas, como a abertura das janelas, algo pouco usado nos países europeus. Quando perguntado sobre isso, o gerente da Prefeitura de Londres foi enfático: “No Brasil as casas foram feitas para temperaturas elevadas. Aqui, as residências têm 50 anos e os idosos não conseguiriam se adaptar a coisas desse tipo”.

L.L.

**DNIT**  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Ministério dos Transportes **BRASIL**  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Edital nº 618/2008-00 – Concorrência

O objeto da presente licitação é a execução dos serviços necessários à execução das Obras de Revitalização (Recuperação, Restauração e Manutenção) – CREMA 1ª Etapa, em rodovias federais, a saber:

**LOTE: Único**  
**RODOVIA:** BR – 116/MG  
**TRECHO:** Div. BA/MG – Div. MG/RJ (Além Paraíba);  
**SUBTRECHO:** Entr. BR-367 (Itaobim) – Entr. BR-342 (A) (Rio Três Barras) (Catugi);  
**SEGMENTO:** km 117,0 – km 207,3;  
**EXTENSÃO:** 90,3 km

**EDITAL E INFORMAÇÕES:** O Edital poderá ser adquirido a partir de 19/11/2008 no DNIT – Coordenação Geral de Cadastro e Licitações no endereço: SAN, Quadra 03, Bloco “A” – Mezanino Sul – Brasília/DF – Fone: (0XX61) 3315-4892 ou através do site: [www.dnit.gov.br](http://www.dnit.gov.br).

**ENTREGA DAS PROPOSTAS:** Dia 19/12/2008 às 10h00min, na Sala de Licitações – Mezanino Sul do Ed. Sede do DNIT, no endereço indicado acima.

**Brasília, 18 de novembro de 2008**

**José da Silva Tiago**  
Coordenador Geral de Cadastro e Licitações  
Interino